

PAINEL 4 - A QUESTÃO METROPOLITANA SOB A ÓTICA DO PODER LEGISLATIVO

DATA: 28/11/2008 (PARTE DA MANHÃ)

DEBATE

JÓRIO

Eu não queria fazer perguntas. Eu quero fazer um comentário. Primeiro, dizer a meu amigo Quental que esse seminário está surpreendendo a cada palestra e isso é um fato extraordinário. Eu sempre fui um entusiasta vereador, pelo Parlamento. Inclusive anteontem à noite conversando com o representante de Natal eu disse para ele que depois da Lei 14 que foi a que reconheceu a realidade metropolitana, legitimou a realidade metropolitana, a coisa mais importante que aconteceu foi o parlamento metropolitano em Natal e no Recife porque introduziu esse tema entre parlamentares. Antes, isso era uma questão técnica, metropolitana, era um desafio técnico, muito pouco um desafio governamental e político. E me surpreendeu, não é bem uma surpresa de desconfiança, me surpreendeu como já está avançado o conceito de cidade metropolitana e de realidade metropolitana no âmbito do Parlamento. Eu queria parabenizar o vereador por esse está.

Em relação a exposição do deputado, eu também fiquei muito contente e ao mesmo tempo com um viés vamos dizer assim, de expectativa. Vamos pelo viés de expectativa que seria digamos a parte que mais me preocupa, não tem, não foi apresentado perspectivas no Congresso Nacional sobre gestão metropolitana. Os grandes lances do pensamento político no Congresso tem sido sobre questões setoriais transporte, saneamento, lixo e etc. que não pode deixar de ser coisa importante porque isso faz parte do dia a dia das pessoas e tem que funcionar. O serviço tem que funcionar. Mas para os serviços funcionarem é preciso que tenha alguém que decide, comanda, discerne sobre a questão desse serviço. E está faltando o Congresso pensar que as regiões metropolitanas existem, a comunidade, a comunidade metropolitana é quase a

metade da população brasileira e que ela precisa de ser governada. E uma outra parte que muito me apreciou foi o seu sonho deputado. Eu acho que se eu pudesse pedir as pessoas aqui, me pedisse para sonhar porque esse sonho lá no Congresso é onde pode frutificar porque eu venho sonhando há trinta anos e não está acontecendo nada. Mas acho que um deputado representando um Estado com o Pernambuco e uma região metropolitana que foi punjante sempre e que sempre teve um bom processo de planejamento, tem condições de bancar esse sonho. Eu acredito como uma coisa a ser alcançada no Parlamento. Eu estava dizendo antes de começar a reunião, que eu associo muito, guardada todas as proporções, eu associo a questão do interesse comum metropolitano a do interesse comum da União Européia. Ambos são interesses comuns, são países que tem interesses comuns em determinados aspectos da vida deles e que portanto tem um Parlamento que toma decisões. E nunca ouvi um presidente de nação européia dizer que perde poder por causa da União Européia. Mas já ouvi muitos prefeitos dizerem que região metropolitana é um fator de perda de poder. Quer dizer, não está ainda entendendo os conceitos que o Josenildo apresentou aqui. Portanto o senhor deputado, tem muita gente torcendo pelo seu sonho.

IERON (?)

Eu queria também parabenizar as duas exposições brilhantes, mais uma vez também parabenizar a organização desse seminário. Eu queria fazer duas observações particularmente em relação ao Parlamento Metropolitano. Eu acho que é uma iniciativa muito boa. E quando eu estava ouvindo sua exposição, me ocorreu que além dessa dimensão importantíssima de mobilizar a população, eu acho que é muito importante o parlamento desencadear uma tomada de consciência coletiva trabalhando com o imaginário coletivo da sociedade metropolitana. Além disso, me ocorreu talvez duas questões talvez até imediatas que o Parlamento talvez possa desempenhar um papel importante. Primeiro é a questão que o deputado falou, o Estatuto das Cidades foi aprovado, representou um avanço. No entanto nós estamos presenciando com poucas exceções, é que nas reuniões metropolitanas cada prefeito, cada executivo municipal, elabora o Plano Diretor sujeito, você tem uma cidade que

contrata uma consultoria, faz o plano e o plano está sendo engavetado, a outra cidade faz um processo participativo, discute o seu plano diretor por dois, três anos e o resultado líquido desse processo, com poucas exceções, é que nas grandes regiões metropolitanas os planos diretores representam um mosaico. E de fato o conjunto de planos, esse conjunto não consegue nortear o uso e ocupação do solo que basicamente todas as questões que o senhor mencionou, a gestão das bacias, habitação, moradia, transporte, o tema eixo territorial é muito importante. E a nova geração de planos diretores que foi impulsionado pelo Estatuto da Cidade não deu conta disso. Aonde o Parlamento poderia entrar. Esses planos diretores são aprovados pelos vereadores, pela Câmara de Vereadores. O Parlamento pode induzir planos diretores com a eficiência coletiva maior. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, nós vamos ter daqui a pouco uma exposição sobre a nova lei, os novos instrumentos, a lei do consórcio é um desses, essa lei prevê, por exemplo, a elaboração do Protocolo de Intenções. Esse Protocolo tem que passar pelo legislativo em cada cidade. De novo o Parlamento Metropolitano pode desempenhar um papel importante de já fazer um jogo interativo, um jogo coletivo entre as Câmaras municipais. Eu vejo isso como um papel importante na discussão desses Protocolos de Intenção um plano de rateio. Eu fiquei muito impressionado. Eu sabia dessas iniciativas também em Natal, isso é um caminho muito interessante para o futuro das regiões metropolitanas para ter mais uma dimensão de pressão popular.

QUENTAL

Eu gostaria aqui primeiro parabenizar as duas intervenções que foram muito boas. Mas eu gostaria realmente de dar um depoimento por conta das declarações do vereador Josenildo Sinésio. Dizer a ele o seguinte, se a gente tivesse na região metropolitana do Recife pelo menos metade dos prefeitos que tivessem essa mentalidade, a gente já teria avançado e muito nas questões de interesse comum da região metropolitana. Igualmente a Jório, eu costumo dizer que ele é o culpado. Em julho do ano que vem eu vou fazer anos que entrei na FIDEM, na época só órgão metropolitano, e que a gente vem lutando para que no campo político exista esse entendimento. Quando você aqui escuta isso

vindo de um vereador de um município, mesmo sendo o município da capital, que o recado que ele deu aqui é muito importante aos representantes da Prefeitura do Recife, a gente já vem mantendo a articulação para que a gente possa a partir de agora com todos os prefeitos eleitos começar uma agenda para construir uma nova realidade do sistema gestor metropolitano. E Recife tem uma importância fundamental na condução desse processo junto com a gente, com os demais municípios, que realmente ele é o município polarizador. A responsabilidade dele política a gente entende até que deva ser maior pelo fato dele poder chamar para a discussão os demais municípios em conjunto. A gente quando vê um parlamento desse formado por vereadores com um entendimento desse. Inclusive vale ressaltar que desde que a gente soube da intenção e depois da criação do Parlamento, a Agência CONDEPE/FIDEM deu todo o apoio, inclusive como eles ainda estão se estruturando, a sede provisória do Parlamento Metropolitano é lá na casa da Agência CONDEPE/FIDEM. E nós disponibilizamos espaço físico, equipamento, sala de reunião aonde eles se reúnem, a parte executiva do Parlamento. As reuniões maiores eles fazem itinerante nas Câmaras dos municípios. A gente achou que a iniciativa era por demais importante, louvável, e a gente então dá e vai dar sempre o apoio a iniciativas desse tipo. A nossa luta é exatamente essa. Ele citou aqui um projeto da Via Mangue que é como se chama essa via para a Prefeitura do Recife, para nós da Agência CONDEPE/FIDEM ela chama-se Via Metropolitana Sul, a gente já sentou várias vezes com a Prefeitura discutindo esse assunto para ter o entendimento realmente da via como sendo metropolitana e não só local. E essa integração vem acontecendo para que a parte que o município quer fazer agora ela já esteja integrada a essa diretriz metropolitana. Esse é um exemplo. Nós temos lá diversos projetos que a gente vem fazendo em conjunto com municípios tentando dar essa visão metropolitana. Esse é o nosso papel que a gente tenta cumprir já há trinta anos e mesmo assim é uma grande dificuldade, como o depoimento de Josenildo mostrou aqui. E gostaria de dizer que o seminário está dando certo primeiro pela qualidade dos palestrantes, dos debatedores, dos coordenadores de mesa e pela forma como os temas estão colocados aqui. O pessoal de apoio garante

essa estrutura, mas o sucesso está aí na qualidade de quem está aqui nos brindando com esses depoimentos.

VEREADOR JOAQUIM (MORENO)

Eu queria parabenizar a todos que participam desse evento, parabenizar o CONDEPE/FIDEM, os debatedores em geral que até agora foram muito boas as intervenções. Eu gostaria de me dirigir também as instituições Caixa Econômica e BNDES. Porque eu inclusive escutei ontem da Caixa Econômica, que existe a Casa do Prefeito, local para o Prefeito se reunir e eu queria propor também se disponibilizar para que os vereadores também possam discutir as suas cidades e a cidade metropolitana. Eu estou vereador no primeiro mandato, e antes de ser vereador – eu sou do Recife, mas já moro há quase 21 anos em Moreno – eu já denunciava o prefeito anterior colocando o lixo inclusive hospitalar dentro de uma reserva de Mata Atlântica. Moreno tem seis reservas de Mata Atlântica, Moreno contribui com três bacias hidrográficas, Moreno produz muita água, mas tem bairros que não tem rede de distribuição de água. E quem tem mais provocado o Parlamento Metropolitano que hoje faço parte da direção com Josenildo – quando soube imediatamente me integrei – quem mais tem provocado somos nós. Nós já fomos diversas vezes à COMPESA e ao Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco, que há um ano e meio está em débito com Moreno. Nós temos ido a diversos setores colocando as necessidades de uma cidade que tem 57 mil habitantes, que tem 80 anos, completou agora de emancipação, mas que tem um dono a cidade, o Cotonifício Moreno que tem débitos com o governo federal, com o governo estadual e com o governo municipal e não os paga, vende terreno na beira de rio e na beira de riacho, não dá uma escritura, dá um recibo de compra e venda, atrapalha o desenvolvimento da cidade. A cidade surgiu a partir do Cotonifício, mas esse Cotonifício que já empregou quatro mil pessoas, hoje não emprega praticamente ninguém e atrapalha o desenvolvimento da cidade. Mas como têm padrinhos a nível federal, normalmente não tem se cobrado, e por falta de compromisso político também na cidade não tem cobrado o que o cotonifício deve a Moreno, deve a população de Moreno. Ele diz que não tem culpa de ter comprado uma indústria e ter vindo junto uma cidade.

Praticamente tudo na cidade é desse cotonífico. Como eu já disse, tem os débitos os três níveis de poder eles existem, mas acontece que até hoje não se tem tido compromisso de fazer com que esse cidadão que atrapalha a cidade inteira, pague pelos seus débitos. Eu sinto inclusive a ausência de vereadores neste encontro nacional. Conheci Romero agora há pouco, de Ipojuca, o vereador que se elegeu vice-prefeito, praticamente nós não temos representação dos revereadores nesses encontros. Eu queria só lembrar um fato, nós já construímos o nosso Plano Diretor em Moreno, inclusive com Pró Cidades nós conseguimos aprovar emendas para o Plano Diretor, nós temos representação de três vereadores, nós conseguimos colocar, só que não tem esses representantes participando de absolutamente nada. E aqui, por exemplo, vemos que a participação é ínfima de vereadores e nós sabemos que tudo passa pelo compromisso. É necessário capacitar essa representação municipal os vereadores porque além do compromisso que é fundamental, mas tem que se capacitar senão não se caminha muito para essa cidade metropolitana.

LOURENÇO

Eu vou ser muito rápido. Eu quero rasgar um pouquinho de seda também para Jório e para Quental. Eu não sabia que um ex-presidente e um presidente atual do CONDEPE/FIDEM eram partidários dessa vontade, desse sonho de um Parlamento Metropolitano. Eu tenho historicamente um sonho também, quando na década de noventa respondia pela diretoria de Planejamento do CONDEPE – Eu sou do CONDERM da Bahia - e conversava com alguns vereadores e presidente de Câmara de Vereadores sobre essa possibilidade. Não falava em parlamento metropolitano, essa coisa está mais leve agora, falava do tal 4º Poder que todo mundo tremia nas bases ao ouvir, por causa dessa história da Constituição. Agora eu estou vendo a coisa está com muito mais consistência teórica. Falar em consistência teórica, quero também me congratular com a CONDEPE/FIDEM por conta de fazer com que o governo do estado, o governo do estado paralelamente, trabalhe com a Universidade. Eu falava ontem com o nosso colega Klink. E realmente a gente tem que retirar vereador, da Universidade esse conceito hermético de metropolização e de região

metropolitana. Acho que a Universidade tem que fazer esse esforço e que o governo do Estado de Pernambuco está dando exemplo de convidar assessores, convidar consultores da Universidade para trabalhar junto com o governo do estado. É um esforço que a gente tenta muito na Bahia e não está conseguindo. Realmente é uma coisa de “rasgar seda”, mas eu ousou mais um pouquinho sugerir que desse seminário saia uma carta e eu sou um escrevinhador de carteirinha e até me proponho a participar dessa conjunção sugerindo qualquer coisa nessa direção, para a construção efetiva de um Parlamento Metropolitano. E sonhei isso para a Bahia, mas perdemos o bonde e eu acho que Pernambuco poderia começar a jogar essa bola no campo, seria muito bom isso para todo o Brasil. É aquela coisa que se faz em Olinda depois do Carnaval, quando o Carnaval passa, todo mundo continua em Olinda, Pernambuco continuaria mesmo depois desse seminário, a construir essa carta para o Brasil inteiro para as outras regiões metropolitanas. Eu acho que seria um bom estandarte.

GRAÇA

Eu queria de início parabenizar os palestrantes como todos os outros pelas palestras que ampliaram as nossas informações e o conhecimento sobre o assunto. Mas queria dirigir a minha fala para o deputado Pedro Eugênio com relação a APEC Moradia. Ela foge um pouco?... não, porque o assunto já foi colocado como uma questão urbana e metropolitana. Eu espero até que realmente do ponto de vista orçamentário, que se consiga incluir esses 2% no sentido de efetivar, viabilizar a efetivação das políticas urbanas que ganharam na Constituição um estado de política pública integrada. No entanto me preocupa muito e eu acho que ela merece uma revisão no seu conteúdo. Me preocupa muito porque este governo, quer dizer, desde a Constituição e com a curiação do Ministério da Cidade ele tem uma premissa de integração das políticas urbanas e de viabilizar um princípio maior que é o da inclusão social e direito a cidades sustentáveis. Eu acho que a APEC como está colocada, ela não está conduzindo à integração das políticas. O Ministério da Cidade teve este propósito e juntou no Ministério todas as políticas urbanas, ainda que todos nós saibamos que falta muito para chegar haver uma integração, na

medida que as políticas estão saindo de forma separadas, ainda não integradas. Porém ao fazer esta APEC como foi colocado aqui, o orçamento não pode ser todo vinculado, então não poderemos vincular tanto para habitação, tanto para saneamento, tanto para mobilidade e para adequação dos espaços públicos. Então se o princípio é o direito a cidade sustentável e a cidade sustentável implica saneamento, mobilidade, habitação, espaços públicos adequados, então a minha proposta é que seja feita uma revisão nesse conteúdo e que ela seja uma APEC de direito a cidade para todos. E que na sua redação, fosse vinculado esse recurso para projetos de infraestrutura, de habitação, saneamento e adequação de espaços públicos em áreas de habitação de interesse social. Dessa forma eu creio que ela ficaria coerente com o objetivo do governo e o princípio que é dos deputados que estão à frente dessa proposta, que sempre levantou essa bandeira da inclusão social. E com isso a proposta seria dessa mudança. E porque que me preocupa. Pelo exemplo que eu já conheço da Bahia, muitas cidades pequenas da Bahia, a maior questão não se refere especificamente a habitação e sim ao saneamento e sim a questão da mobilidade. Então para atender de uma forma integral e atender os objetivos da política urbana, a minha proposta é que ela ampliasse o conteúdo e desejar que a gente consiga incluir esses 2% no orçamento.

ROMERO

Eu vou fazer um comentário sobre a questão que a Graça levantou. Primeiro, é importante reconhecer, principalmente quando a gente verifica que da dificuldade de mobilização é importante fortalecer as iniciativas de mobilização que ocorre. Essa iniciativa ela está perpassando movimentos sociais em todo o país, mobiliza muita gente, as Secretarias de Habitação Estaduais estão se mobilizando em torno disso, de modo as Secretarias das Cidades, as empresas de habitação e tudo mais. É importante que preocupações como as suas Graça não sejam utilizadas agora como argumento para criar obstáculos à tramitação da matéria. Pelo contrário, eu acho que a estratégia deve ser fortalecer a tramitação da matéria. Agora aquela casa parlamentar, como aliás todas as casas parlamentares é um espaço de debate, de acordo, então num processo

de discussão essa APEC sendo objeto de uma negociação, evidentemente que se faz pertinente colocar a sua questão que eu acho que é central, ela faz todo o sentido. O que está em jogo é o seguinte, precisa-se de fonte de financiamento para habitação, mas não é só para habitação até porque muitas das áreas que precisam de reordenamento habitacional na realidade não é reordenamento habitacional de forma isolada, é reordenamento urbano, tem a questão fundiária, tem a questão da infra-estrutura viária, tem a questão do saneamento e tem a questão da habitação, de modo que é um conjunto. Ver a questão da habitação isoladamente é um equívoco, mas a APEC está adiantada, então não vamos imaginar que teremos que começar do zero uma nova APEC e refazer um roteiro de mobilização que já existe. O caminho é esse, eu acho que é pertinente, concordo com você que a discussão tem que ser levada para o âmbito de uma intervenção mais ampla, E a questão do financiamento deve ser colocada também dentro uma perspectiva de novas fontes de recursos. A crise que está aí chegando, que estourou no mundo como que arrefeceu um debate que estava muito quente no país sobre a questão do PRESAL. O preço do petróleo caiu e de repente ninguém está falando mais nisso, mas a realidade do PRESAL ela existe e não vai ser essa queda de preço agora que vai impedir que no médio e longo prazo se estabeleça. A Petrobrás está com sua política de investimento em andamento, não está em processo de digamos assim, suspensão da política de investimento do PRESAL. Nós aprovamos um Fundo Soberano, recentemente eu fui o relator da matéria, e esse Fundo Soberano ele pode carrear recursos para a infra-estrutura e não nomina que tipo de infra-estrutura, mas proíbe para custeio e permite exclusivamente esses recursos indo para o orçamento para a infra-estrutura. Ou seja, nada impede que no âmbito da discussão do Fundo Soberano, que agora está em tramitação no senado e na perspectiva de recursos muito fortes que virão com o PRESAL no futuro, que não está muito distante, também coloquemos essa nova fonte de financiamento como uma fonte capaz de evitar a dificuldade da vinculação que a gente sabe que existe, e no entanto agregar, fazer uma vinculação de um recurso novo porque nós não estaríamos retirando nenhum recurso de um portfolio estreito que é o que existe hoje.

JOSEMÁRIO

Eu fico satisfeito de estar aqui presente como prefeito eleito da Cidade de Igarassu. Eu queria apenas chamar a atenção aqui das pessoas que estão participando desse debate, desse fórum importante, desse seminário, de que Igarassu também detém uma reserva importante de mananciais. Igarassu é hoje a principal reserva de mananciais da área metropolitana norte. E Igarassu tem problema de abastecimento, existe locais em Igarassu que existe rodízio de abastecimento de 12 por 36. Como se diz: no futuro a água vai ser equivalente a petróleo. Então aquelas cidades que detém esses mananciais devem ser vistas diferentemente, sem muita discriminação, por exemplo, as cidades que tem reservas de mananciais devem receber mais investimento para saneamento básico. Isso é claro para que não se contamine os mananciais. Eu tenho levantado algum questionamento através do jornal e até às vezes incompreendido, sobre a questão da justiça fiscal, a justiça tributária. Eu fiquei muito satisfeito aqui que isso é um debate que permeia o setor acadêmico, o setor público, assim como os parlamentares também. Eu tenho dito uma frase para resumir o que eu quero dizer, de que a gente não pode permitir que surja no Brasil os principados, a gente não pode permitir que surja o principado de Ipojuca, de Macaé e assim outros, ou seja, uma alta concentração de cotas do ICMS em detrimento do resto do estado. Suape completou 30 anos agora, quando nós devemos festejar, mas trinta anos de investimento de Pernambuco em Suape. Então Pernambuco espera receber também o que foi investido, Igarassu espera, receber, Araçoiaba espera receber, Solidão no sertão e assim por diante. O que se deve fazer para que isso se mude. Ontem nós tivemos algumas propostas. Eu quero levar isso também para o parlamento federal, que é a criação de um novo modelo de federalismo fiscal e alterar a repartição da cota parte do ICMS para que a gente tenha uma visão mais igualitária metropolitana. Eu me sinto como cidadão metropolitano, a minha família é uma família metropolitana, minha mãe mora em Olinda, meus irmãos em Paulista, eu em Igarassu, então os problemas da área metropolitana permeia a nossa família e a nossa vida. E se faz mudança alterando essas questões e também se faz mudança com justiça fiscal.

_____ (?)

Só alguns esclarecimentos sobre a situação da Caixa. O deputado Pedro Eugênio fez alguns comentários e nós fizemos um levantamento agora durante a apresentação. Só do FINIS, do Fundo de Habitação e Interesse (?) Social, a gente tem aqui 2007/2008, 37 seleções, são R\$ 608 milhões só para Pernambuco. E quanto os recursos de operações coletivas, o recurso é o Fundo de Garantia e a Caixa já bateu a meta de aplicação do recurso. Então a gente depende da reunião do Conselho Curador para a gente poder viabilizar mais recursos de fundo de garantia de interesse social para operações coletivas. Só para passar um número para vocês, a Superintendência Regional daqui, a gente já aplicou no recurso do Fundo de Garantia R\$ 67 milhões e com recurso do FBPS (?) R\$ 137 milhões. E a meta que era para ser batida até o final do ano, foi batida para ambos os recursos aqui. A outra questão diz respeito a sala das prefeituras, do vereador de Moreno. Na verdade, o nome Sala das Prefeituras é o nome mais comercial, na verdade a gente fala Sala das Prefeituras, mas é a Sala também dos Vereadores. Ela está disponível lá, inclusive a gente faz reuniões com os vereadores. Está previsto também na estratégia de recepção aos novos gestores eleitos da Caixa, a partir do ano que vem uma visita aos presidentes das Câmaras Legislativas. Isso está previsto, está agendado. Mas a gente priorizou fazer a visita primeiro aos prefeitos. Isso está agendado e está na estratégia de recepção, está previsto a partir do ano que vem. Na questão capacitação. Eu achei interessante a sua idéia, eu vou levar a proposta e achei interessante a gente pensar também na capacitação do legislativo.

ROMERO SALES (Ipojuca)

Eu quero primeiramente falar que quando eu assumi a Câmara em 93 eu tive a graça de Deus de, como Josenildo, iniciar justamente no CONDERM quando Jório Cruz era presidente da FIDEM. E foi colocado justamente a criação do CODERM, eu participei representando a Câmara de Ipojuca no CONDERM. E também representando alguns vereadores em algumas Câmaras Técnicas Setoriais, na Câmara de Desenvolvimento Urbano e Ordenação de Território. Eu me lembro que na Década de Noventa o CONDERM tinha uma atuação

muito efetiva, muito ativa e eu tenho saudades. Eu tenho saudades daquele tempo quando o CONDERM ele realmente atuava em muitas áreas e eu acho que foi aquele tempo que fez com que esses conceitos de região metropolitana na questão do parlamento jovem, ele agora fosse realidade. Eu fico muito feliz aqui nesse encontro. E quero parabenizar a todos que aqui fazem o CONDEPE/FIDEM, em especial o nosso amigo Luciano que sempre teve essa preocupação muito grande com o parlamento justamente metropolitano. E dizer que nós temos Josenildo, que sair um pouquinho da parte teórica e partir mais para parte da ação porque a semente do Parlamento começou em 2005, o Parlamento foi fundado em 2006, dois anos estão aí e eu vejo aqui num encontro tão importante como esse, somente três vereadores participando. Eu acho que nós temos que arregaçar as mangas, as nossas camisas, partirmos para o trabalho para que esse parlamento não seja somente uma teoria, mas seja uma prática para fortalecer mais ainda as regiões metropolitanas, iniciando aqui por Pernambuco. Parabéns.

PREFEITO SEVERINO SOUSA

Eu não ia falar, mas falou-se um tanto quanto em relação aos prefeitos. Eu achei que deveria colocar algumas palavras. Na realidade, os prefeitos, eles administram dificuldades, com raras exceções, administram poucos recursos e sabem das dificuldades em conseguir recursos extra-orçamentários ou de convênios. E talvez por isso os prefeitos não estejam mais presentes em eventos do tipo seminários e conferências. São importantes porque capacitam os servidores, enfim capacitam todos nós. Mas a realidade é que os prefeitos precisam de recursos concretos para desenvolver as suas ações. Eu fui vice-prefeito oito anos, sete anos e três meses, sou prefeito há quatro anos e nove meses, nove meses quando Ives renunciou para Paulista e depois fui reeleito, fui vereador seis anos. Eu tenho trinta anos de reuniões. Comecei na Faculdade de Direito participando do Diretório Acadêmico como líder estudantil. E entendo que a questão do Brasil não é de falta de legislação, de documentos bem elaborados como o Estatuto das Cidades e tantos outros marcos regulatórios que o Congresso tem produzido. A Constituição de 88 é um excelente documento, prima até pelo detalhismo dos direitos, direitos sociais,

direito a habitação, direito da criança, a do idoso, do deficiente. Igarassu tem todos os documentos que vocês imaginarem – Plano Diretor de Recife está em debate ainda por ser uma cidade mais complexa, Igarassu tem Plano Diretor, Agenda 21, tem 18 Conselhos, tem tanto Conselho que falta gente para compor. Tem gente que já faz parte de dois, de três Conselhos, Conselho das Cidades.... E por que é que e a coisa não anda? Qual é o mistério? Temos uma boa Constituição, um presidente lá debaixo, nascido no seio do povo, parlamento metropolitano. O que é que falta então para essas regiões metropolitanas se desenvolverem, se integrarem. É má vontade dos prefeitos? Não. O que falta é dinheiro, o que falta na realidade são recursos para que as coisas aconteçam. Todos sabem que o êxodo rural provocado pelo latifúndio, isso vem desde a Escravidão, fez com que a população viesse para as regiões metropolitanas. Isso é um caos! Se você sobrevoar o Rio de Janeiro e a gente vê nas notícias da Rede Globo, aquilo é impossível policiar uma favela daquela, administrar aquilo. É o caos urbano. E por que não se resolve? Falta dinheiro. Esse país só tem dinheiro para pagar dívida interna, antigamente era dívida externa. O Presidente Lula – não sou de Oposição – votei quatro vezes e continuo com o presidente, sou do PSB, tem tentado avançar, mas não consegue avançar. O país precisa de um sopapo, precisa de uma mudança profunda. E como é que se pode cobrar de Ives Ribeiro que resolva a questão de Paulista com R\$ 9 milhões por mês? Uma cidade com 300 mil habitantes. Enquanto isso, a justiça fiscal que o prefeito eleito de Igarassu fala, Ipojuca recebe R\$ 38 milhões, se eu não me engano, por mês, com 60 mil habitantes e Paulista com 300 mil habitantes recebe R\$ 9 milhões! Como é que se pode exigir de Luciana Santos, se não fosse o governo fiscal, porque Olinda é uma cidade que tem nome nacional é fácil conseguir, como é que se poderia cobrar de Luciana Santos, que melhorasse Olinda com R\$ 12 milhões por mês, se não me engano, cidade com 500 mil habitantes. A questão é de recursos. A FIDEM é um órgão excelente, de bons profissionais, que elabora brilhantes projetos, está aí o Viva o Morro. Eu pedi a Pedro Eugênio que lutasse; esse Programa Viva o Morro a FIDEM todo ano faz um projeto brilhante junto com os prefeitos. Mas não sai o dinheiro. O último que saiu foi em 2003. Então é preciso fazer essa denúncia para vocês. O projeto tido como modelo pelo

Ministério da Integração, não é verdade Quental? Projeto modelo daqui da região metropolitana, nascido em Pernambuco, mas que não sai R\$ 5 milhões, que é o desse ano – R\$ 5 milhões para 14 municípios, não é para um não. Para Igarassu é R\$ 200 mil, não sai. Mas todo mês sai R\$ 11 bilhões para pagar dívida, R\$ 11 bilhões por mês para pagar dívida! Então tem que haver nesse país é uma mudança de consciência para o recurso que nós pagamos de imposto seja realmente investido no nosso país. Esses R\$ 11 bilhões que eu me referi, quem recebe ele são 10 mil famílias brasileiras, 10 mil famílias levam por mês – se eu tiver exagerando no montante Pedro, você que é lá do Congresso, me corrija. Mas é em torno de R\$ 11 bilhões por mês que se paga de dívida. Os prefeitos são práticos, eles sabem que tem que ter alguém lá em Brasília para liberar e se procura os deputados, os ministros, para liberar. E cansamos, nós cansamos de estar em reuniões, em eventos, em seminários e congressos. E na realidade não se consegue os recursos. Tem ali o Secretário de Obras que é o Secretário Renato, Secretário de Obras há vinte anos, 16 com Ives e 4 comigo desde Itapissuma que ele é Secretário de Obras. O PRODETUR tem quantos anos? Cadê os recursos do PRODETUR? E a gente já foi a 50 reuniões, não é verdade Quental? E não sai dinheiro do PRODETUR. Está lá o Engenho Manjope, patrimônio quatro vezes secular de Igarassu, caindo. E não sai o dinheiro do PRODETUR, R\$ 120 milhões, o PRODETUR DOIS, mas sai o da dívida todo mês, todo mês os banqueiros recebem. Eu vim aqui defender os prefeitos, porque eles não são nenhum empecilho para o desenvolvimento metropolitano. O que existe é essa dificuldade de recurso. As coisas não andam, não acontecem porque não temos recursos para administrar melhor as nossas cidades.

JOSENILDO SINÉSIO

Eu só quero agradecer a oportunidade que nós tivemos e dizer para Romero que essa questão da organização do Parlamento é uma questão árdua. Eu quero também dizer a todos os que queiram criar, não é uma coisa tão simples, porque é a questão da cultura que eu falei, não se tem essa cultura. Mas a gente precisa trabalhar, são dois anos de luta e mesmo assim a gente já reuniu umas dez plenas do Parlamento bastante participativas. Agora, é preciso cada

vez mais insistir nesse caminho. Então, agradecer essa oportunidade, e vamos trabalhar.

PEDRO EUGÊNIO

Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o que Eninho (?) colocou. Aqueles que acompanham a história do Viva o Morro tem lembrança de que nós coordenamos quando deputado federal em outra legislatura há oito anos atrás, a primeira emenda coletiva da Bancada de Pernambuco para o Viva o Morro. Temos tido um compromisso muito forte com esse programa que é tão bem sucedido. E o ano passado tivemos oportunidade de realizar uma audiência pública na Câmara, inclusive o próprio prefeito e outros prefeitos compareceram, o nosso Quental foi um dos painelistas, chamamos Amir, que na época era Secretário da URB e hoje é Secretário de Planejamento da Prefeitura do Recife, convidamos a Prefeitura do Rio de Janeiro, que não compareceu. E por ironia do destino, naquela semana deu uma chuarada no Rio de Janeiro, um pedaço do morro caiu em cima do Túnel Rebouças, mostrando que a questão das áreas de ocupação nas encostas é um problema nacional. A nossa bandeira é colocar um programa tendo como referência técnica e de gestão metropolitana tendo o Viva o Morro como paradigma dentro do PAC. Na realidade, colocamos isso como um desafio no final daquela audiência pública. Mas na realidade, vamos falar aqui francamente, não tivemos fôlego político e de capacidade de mobilização em torno dessa bandeira. Como a gente deve ser muito insistente, a gente não deve desistir principalmente quando a causa é boa, está aí Jório lembrando de um sonho de trinta anos e que ainda continuamos a sonhar, e vamos conseguir. Nós temos esse compromisso. Agora, temos que fazer uma mobilização política, nós temos que nos organizar, nós vemos bandeiras que não são bandeiras muito importantes, com todo respeito a determinados interesses setoriais, mobilizar muita gente dentro daqueles corredores do Congresso Nacional. E você vai ver, é o interesse de uma corporação é uma coisa pontual que embora todos tenham direito, não atinge nem de longe a quantidade de gente, principalmente pessoas mais carentes que seriam atingidas positivamente por um programa como o Viva o Morro. Fica isso como um desafio. E aí eu peço a Quental que

nos ajude talvez numa reunião de planejamento de uma campanha desse tipo para que a gente possa dar continuidade a essa luta. Eu sei que ontem o governador Eduardo Campos esteve ontem com o presidente Lula e colocou no rol das reivindicações à liberação da emenda de 2008 para o Viva o Morro, uma emenda de R\$ 7 milhões para a região metropolitana do Recife. Ontem eu estive com ele no final da tarde e ele me informou que fez essa formulação de reivindicação à qual deverá ter resposta até terça-feira. Esperamos que o Viva o Morro de 2008 seja liberado.

Eu queria fazer uma última observação sobre a questão da dívida. Essa questão da dívida teria que ter um seminário especificamente sobre ela. De fato, é o maior constrangimento orçamentário da União é a dívida, é um gasto singular de longe maior de todos os gastos da União, é o gasto com o serviço da dívida. Hoje o Brasil não consegue ainda anualmente pagar sequer a totalidade dos juros que vencem no ano. Ainda está pagando parcialmente os juros da dívida e tem que rolar o resto. Agora, vá não pagar a dívida, vá falar em moratória para ver se o governo não cai no outro dia. Ou seja, é uma questão política, não é uma questão de gestão administrativa e nem de gestão financeira. É uma questão de equilíbrio nas relações inclusive políticas com o mundo, porque os interesses são muito fortes e a dívida foi contraída e é contratual e foi herdada. É algo que tem um caráter muito distinto daquele que leva o governante a dizer: eu vou gastar em saúde mais do que gastar em educação, como uma decisão administrativa. Eu queria apenas chamar a atenção para que infelizmente o problema é muito mais complicado do que a gente talvez possa imaginar.